

**Considerações sobre infância:
reflexões de diferentes campos de saber**
**Childhood: reflections from different fields of
knowledge**

Verônica de Souza Silva¹
veronicasouzaesilva@gmail.com

Resumo

A infância tem sido analisada no meio acadêmico e vem se constituindo como importante objeto de investigação científica na contemporaneidade. São diversas as questões discutidas na tentativa de responder as demandas e necessidades das crianças. A institucionalização infantil tem ocupado destaque nesse debate. Cabe à interrogativa: como tais pesquisadores concebem a infância? O presente trabalho apresenta as principais discussões sobre a infância trazidas pelos campos da história (Gondra), psicologia (Jobim e Souza), sociologia (Sarmiento). Não se trata de um debate conceitual, mas uma análise de como esses campos abordam/problematizam questões em torno da infância, através de perspectivas trazidas pelos autores supracitados. São apresentadas algumas considerações sobre a institucionalização e as normas que foram constituídas em torno das crianças.

Palavras-chave: Infância, Pesquisa com crianças, Educação, Institucionalização, Educação infantil, Concepção de Infância.

Abstract

Childhood has been analyzed in the academic environment and is becoming an important subject of scientific research nowadays. There are several issues discussed in an attempt to meet the demands and needs of children. The child institutionalization has been occupying prominent place in this debate. We should ask: how researchers conceive such a child? This paper presents the main discussions about childhood brought by the fields of History (Gondra), Psychology (Jobim and Souza), and Sociology (Sarmiento). This is not a conceptual debate, but an analysis of how these fields address/problematize issues around childhood through perspectives brought by the aforementioned authors. Some considerations about the institutionalization and the rules that were set up around children are presented.

Keywords: Childhood, Research with children, Education, Institutionalization, Child education, Conception of Childhood.

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped-Uerj).

A infância tem sido pensada e discutida com destaque no campo científico. São diversos os assuntos que remetem a pensar a infância na contemporaneidade, sendo objeto de investigação nas pesquisas com temas distintos como: as medidas protecionistas, a institucionalização, a saúde, o desenvolvimento infantil, as relações que as crianças estabelecem com o meio e com seus pares, o respeito à autonomia, o brincar, a discussão conceitual, o processo de identificação, a construção social etc. São várias as questões que circundam em torno da infância e que têm ganhado destaque e caráter científico. Todas essas discussões são pautadas em uma determinada acepção de infância, em certa perspectiva epistemológica. Portanto, é fundamental o reconhecimento da concepção de infância escolhida pelo pesquisador, que dará o significado a sua pesquisa e responderá as suas questões primordiais.

O objetivo deste artigo é mostrar algumas ideias/representações/acepções de infância trabalhadas em alguns campos de saber. É sabido que não se esgotam aqui todas as discussões feitas em todas as ciências. Trata-se de um recorte, um ponto de partida para os interessados em fazer pesquisa com crianças, no âmbito das ciências humanas. São expostas considerações de representantes das áreas de história, psicologia, sociologia, que analisam a questão da infância na contemporaneidade. Nelas, são extraídas as principais considerações do que seja a infância, suas principais discussões e análises. É um **pontapé inicial**.

O proposto neste trabalho é problematizar algumas discussões sobre a infância. Não se esgotam, portanto, neste artigo, todos os debates referentes à questão, mas servem de cunho introdutório para os interessados em fazer pesquisa com crianças.

Quais ideias e representações existem em torno da infância? Quais categorias são apresentadas e discutidas? Essas indagações nortearão as discussões neste artigo, mas não serão de todo respondidas. Servirão para provocar, inquietar e problematizar...

A infância foi pensada inicialmente pela área de saúde, posteriormente pela história e filosofia, cada qual tratando questões específicas de seu campo de saber. Mas, afinal, o que é infância?

É difícil trabalhar com uma noção única de infância, já que as ideias e representações partem de perspectivas diferentes. Embora se assuma que não

existe uma acepção única, podemos inferir que existam traços comuns nos debates contemporâneos sobre infância, como sinaliza Gondra (2010):

Nos debates sobre a infância, é possível reconhecer a presença de um traço comum. Trata-se de conceber “a infância não como um intervalo cronológico natural, e sim como um período da existência humana constituída por um sistema normativo, que lhe atribui características, formas, competências e funções, precisas ou fluidas, ancoradas em um sistema de ordenações, que cada grupo social relaciona ao seu sistema valorativo”. (p. 196)

O reconhecimento da infância como um período da existência humana constituído por um sistema normativo marcou e ainda marca profundamente o campo científico. A infância foi pensada muitas vezes como uma fase da vida que obedecia a um sequenciamento cronológico, com etapas que deveriam ser seguidas. Essa acepção veio das ciências da saúde e foi seguida por muitos campos, principalmente, o educacional. Quantas vezes na escola deveria se considerar as fases do desenvolvimento intelectual infantil como norma para a aprendizagem da criança? Quem destoasse dessas normas, dos padrões, ou precisava de algum acompanhamento médico ou estava fadado ao fracasso, a não aprendizagem. É evidente que tais apreensões das ciências da saúde foram fundamentais para o desenvolvimento científico, servindo de base para muitas pesquisas posteriores, até mesmo para contestações sobre o que foi destacado por tal. O que se critica são os modos como tais conhecimentos foram apropriados e utilizados como prescrições a serem seguidas rigorosamente.

A respeito da cronologia da vida, temos exemplos das concepções da religião católica, que estabelece um sequenciamento para o recebimento dos sacramentos; do campo jurídico, no que se refere à responsabilidade penal, da obrigatoriedade do alistamento militar como marco de uma fase da vida. A despeito disso, Gondra (2010) faz as seguintes correlações entre o saber médico e educação:

Que outras forças concorrem para fortalecer a cronologia da vida? [...] Vou apanhar apenas mais dois exemplos: o campo médico e o campo pedagógico. No primeiro caso, as prescrições amplas sobre os alimentos, vestimentas, tipos de atividades, desenvolvimento físico, intelectual e moral dos sujeitos encontra-se fortemente associados à forma como o saber médico se institucionalizou, o tipo de saber disponível em cada momento e as disputas que terminaram por soterrar determinadas representações e legitimar outras. [...] No campo pedagógico, o que se evidencia é sua colonização pelo saber médico-higiênico e por suas derivações mais recentes, que, cada vez mais especializadas, segmentam não apenas as idades da vida, mas cada uma das manifestações dos sujeitos, invadindo o saber pedagógico por um vocabulário e de uma dependência que o enfraquecem, despotencializam cada vez mais a ação dos professores e das famílias, sobretudo as mais pobres e as

mais afastadas do capital cultural que procura englobá-las, dominá-las, enfim, normalizá-las. (p. 198,204)

Evidencia-se, portanto, como o campo educacional utilizou e ainda utiliza categorias provindas do saber médico, como maturação, prontidão que provém de conhecimentos das ciências da saúde.

Outro fato marcante nas considerações de Gondra (2010) é a relação da infância com o poder legitimado e constituído, que se evidencia nas ações do governo referentes a medidas para a população infantil. Maneiras que servem também para legitimar e estabelecer controle.

Estou trabalhando sobre uma plataforma que articula infância e poder, que, ao mesmo tempo, se afasta da ideia de que tal relação sempre existiu e que teria sido sempre a mesma. No nosso caso, pensamos o poder como o aparecimento de um direito de intervir para fazer viver, sobre a maneira de viver e sobre o “como” viver. (GONDRA, 2010, p. 209 grifo do autor)

Voltemos a nossa interrogativa. Mas, afinal, o que é infância? Neste momento, verificaremos o olhar geral da psicologia a respeito da infância. A abordagem se voltará para a psicologia do desenvolvimento criticamente analisada por Jobim e Souza (1994), a qual também traz novos olhares, ressignificados.

A psicologia do desenvolvimento tem como objetivo principal a explicação dos fatos do desenvolvimento humano, partindo do pressuposto de que eles não são entidades produzidas socialmente, mas, sim, decorrências de fatos naturais (SOUZA, 1994, p. 40). Tem ocupado destaque, por autorizar e legitimar os aspectos evolutivos da infância e adolescência.

A psicologia do desenvolvimento humano habituou-nos a pensar a criança na perspectiva de um organismo em formação, que se desenvolve por etapas, seguindo uma dada cronologia, e que, além disso, fragmenta a criança em áreas ou setores de desenvolvimento (cognitivo, afetivo, social, motor, linguístico...) de acordo com a ênfase dada a essas áreas por cada teoria específica. (JOBIM; SOUZA, 1994, p.?)

Nesse contexto, a psicologia do desenvolvimento desconsidera a presença dos aspectos históricos, culturais e sociais. A criança é desvinculada de seu meio social, de sua cultura. A objetividade e neutralidade, que estruturam o método utilizado pela psicologia do desenvolvimento (e também outras ciências humanas e sociais), fortalece a visão autocêntrica e o silenciar da criança, a ponto de não dialogarmos com ela, levando um processo de assujeitação.

O que se tem criticado [...] é que as teorias do desenvolvimento humano têm fornecido elementos necessários para a legitimação “científica” de um crescente processo de racionalização e institucionalização da infância e adolescência. Assim

sendo, a psicologia do desenvolvimento e suas teorias engrossam o arsenal teórico-científico que oferece subsídios indispensáveis para regulação social e disciplinar do curso de vida. Com isso, ela constrói uma compreensão das capacidades humanas de acordo com uma certa visão da experiência e da competência, que está, inexoravelmente, a serviço das imposições de uma racionalidade técnica que predomina no mundo moderno ocidental. (JOBIM; SOUZA, 1994, p. 46)

O caminho apontado por Jobim e Souza (1994) para uma ressignificação da psicologia do desenvolvimento é uma abordagem que enfoque a redefinição da questão da temporalidade humana e o resgate do homem contemporâneo de seu caráter de sujeito social, histórico e cultural, colocando-o como autor das transformações sociais.

O que se propõe é uma mudança de ênfase: estimular na criança a habilidade de tolerar a ambivalência, mais do que enfatizar a habilidade para sintetizar contradições. Trabalhar na perspectiva da ambivalência como incentivo ao processo de desenvolvimento é correr o risco de se confrontar com algo inteiramente novo. É, portanto, falar de desenvolvimento como liberdade. É ousar ir ao encontro da linguagem como expressão criativa de ser, onde o sujeito não se anula e nem se desfaz. (JOBIM; SOUZA, 1994, p 55)

Nas discussões apresentadas, é possível assinalar alguns elementos que se repetem nas análises de Gondra (2010) e Jobim e Souza (1994): a questão da racionalização e institucionalização da infância, a crítica às concepções essencialistas e naturalistas. Essas abordagens são do campo da história e da psicologia. Em ambas, também se nota a necessidade de considerar os fatores sociais na construção da infância.

E a sociologia, como discute a questão da infância? Para identificar como a sociologia vem tratando a questão da infância, resgatamos algumas ponderações de Sarmiento:

Defendemos que a diferença radical da infância consiste precisamente em deslocar-se da norma axiológica e gnosiológica constituída pelos adultos, o que faz com que cada criança se insira na sociedade, não como um ser estranho, mas como um ator social portador da novidade, que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo. (SARMENTO, 2004, p. 2)

A construção da infância é resultado de um processo complexo de representações sobre crianças, de estruturação de seus cotidianos e modos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para crianças. (SARMENTO, 2004).

Sarmiento (2004) destaca como fator decisivo para a institucionalização da infância, a criação de instâncias públicas de socialização, especialmente a escola,

que associa a construção social da infância. A ideia de infância presente remete-se a um processo de construção e não a uma noção essencialista ou naturalista.

Outro elemento presente nas abordagens do autor é a discussão sobre a normatização, cujos procedimentos são estabelecidos para obtenção de um determinado padrão. São conjuntos de saberes sobre as crianças, constituídas como objeto de conhecimento.

Os saberes periciais sobre as crianças constituem-se como banalizadores da inclusão e da exclusão na “normalidade” e exprimem-se em procedimentos de inculcação comportamental, disciplinar e normativa. Esses saberes originaram novas disciplinas constitutivas do campo da flexibilidade social sobre a criança, com influência poderosa nos cuidados familiares e nas práticas técnicas nas instituições e organizações onde estão as crianças. Destacam-se nesses saberes a pediatria, a psicologia do desenvolvimento e a pedagogia. (ROCHA; FERREIRA, 1994; GOLDSON, 1997 apud SARMENTO, 2004, p.4)

Sarmiento (2004) considera que esses saberes se desenvolveram em torno de duas ideias conflitantes da infância: as concepções antagônicas rosseauianas e montaigneanas sobre a criança, ao construtivismo e ao comportamentalismo, que ele resume como as ideias de criança-anjo, natural, inocente e bela e a criança-demônio, rebelde, caprichosa e disparatada, que acompanharam as representações sociais ao longo de 250 anos. Essa dicotomia, que atualiza as duas ideias da infância identificadas por Ariès (1973 e 1986) no dealbar da modernidade (a criança *bibelot* e a criança irracional) vêm sendo, com atualizações sucessivas, incorporadas no imaginário coletivo e são a fonte dupla donde emanam as representações sociais modernas sobre as crianças (SARMENTO, 2004, p.5).

A normatização da infância, assim como seu caráter homogeneizador, tende à construção de um conceito de infância global. Onde estão as desigualdades? Todas as crianças têm a mesma condição social? O gênero e etnia também são iguais em toda parte do globo?

O autor salienta que a infância está em processo de mudança, mas se mantém como categoria social, com características próprias. Argumenta sobre a necessidade de se olhar para a identidade da criança e suas culturas. Para ele, a “identidade das crianças é também identidade cultural, isto é, a capacidade das crianças constituírem culturas não redutíveis totalmente às culturas dos adultos” (SARMENTO, 2004, p.11).

O que se percebe nas abordagens apresentadas é a busca constante de um saber científico, que não trate a infância como uma segmentação da vida, como um

ser que não tem autonomia e totalmente ausente das interações com o social. Percebe-se uma preocupação em discutir a infância criticamente aos antepostos na modernidade. A criança alienada, produto de um meio, é desconstruída por essas considerações. Infância não é, pode ser e se constrói, num movimento contínuo de relações sociais, históricas e culturais. A visão adultocêntrica é posta em cheque, assim como os interesses do Estado na institucionalização da infância, muitas vezes contido de caráter controlador e disciplinador.

Postas essas considerações vêm as questões. Com qual ideia de infância trabalhar? Que categorias são fundamentais para a pesquisa com criança?

Tendo em vista as considerações apresentadas, um passo imprescindível seria o diálogo entre diferentes campos do saber. Trabalhar com crianças, com infância, exige um debate multi e interdisciplinar. A percepção de que as crianças são sujeitos sociais, que possuem suas representações de mundo, que criam e recriam, que são participantes de uma cultura que não é única, são alguns fatores que devem ser levados em conta nos interessados em pesquisar a infância. Além disso, é primordial a análise dos debates sobre a institucionalização infantil aliados ao processo de normatização que tem atingido a infância na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. *Educação em Revista*. v.26, n.1, p.195-215 abr. 2010.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05/05/2013

JOBIM; SOUZA, Solange. Resignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S.; LEITE, M.I. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 10ª Ed, São Paulo: Papirus, 2008. p. 39-55

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M.J.; CERISARA, A.B. (Orgs). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

Disponível em

<http://cedic.iec.uminho.pt/textos_de_trabalho/textos/encruzilhadas.pdf>. Acesso em 02/03/2012.